

PROCESSO BEE N.º: 31637/2020.

INTERESSADO: AGÊNCIA MUNICIPAL TURISMO, EVENTOS E LAZER -AGETUL.

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)
Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para a execução de 07 (sete) praças, conforme Projeto de Implantação, situadas em diversos bairros de Goiânia-Go, (item 7.1 a 7.7, do referido termo de referência). Conforme contrato de repasse nº 0327796-31/2010, para atender a Agência Municipal de Turismo, Eventos e Lazer - Agetul, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.	5.123.952,57

1. JUSTIFICATIVA

1.1 A presente contratação visa atender as necessidades da AGÊNCIA MUNICIPAL TURISMO, EVENTOS E LAZER - AGETUL, para execução de 07 (sete) praças, tendo em vista que fora disponibilizado Recursos do Ministério do esporte, no Programa Esporte e lazer da Cidade, para a construção de Praças Esportivas, visando a criação de áreas de lazer e espaços de convivência para a população do Município de Goiânia.

2. PROJETO

2.1 Os documentos que representam os elementos necessários e suficientes à execução do objeto tais como projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, encontram-se dispostos em ANEXO juntamente com a publicação deste.

3. VISTORIA

3.1 A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

3.1.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

3.1.2 O agendamento da visita será realizado pelo e-mail secretaria.agetul@gmail.com ou pelo telefone (62) 3524- 7274 (Abdalo Cardoso Junior) e ocorrerá de segunda à sexta-feira (exceto feriados), das 08:00 horas às 17:00 horas.

3.1.3 Sua realização poderá ser comprovada por declaração emitida pelo licitante que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o município de Goiânia.

3.1.4 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.



3.1.5 A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

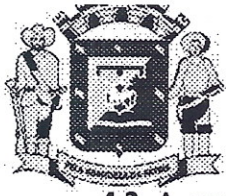
4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A empresa contratada deverá atender às determinações a seguir expostas, contendo:

4.1.1 Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Arquitetura - CAU, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.

4.1.2 Atestado de capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se fará através do fato da licitante possuir em seu quadro permanente, na data de abertura desta licitação, responsável(is) técnico(s), detentor(es) de Atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados da Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, registrado(s)/emitido(s) pelo CREA ou CAU, que comprove(m) já haver o(s) profissional(is) executado serviços pertinentes aos serviços descritos abaixo:

- PRAÇA ESPORTIVA JARDIM DO CERRADO IV - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE ÁREA DE PRAÇA DO JD. DO CERRADO IV (ÁREA DE INTERFERÊNCIA= 3.196,11M²), COM IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PADRÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA/ VESTIÁRIO (A=94,35M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 01 (A=787,50M²).
- PRAÇA ESPORTIVA JARDIM MARILIZA - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DA PRAÇA E CALÇADA DO JARDIM MARILIZA, COM IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PADRÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA/VESTIÁRIO (A= 94,35M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 01 (A= 787,50M²).
- PRAÇA ESPORTIVA MORADA DO SOL – PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS (ÁGUA FRIA / ESGOTO / ÁGUAS PLUVIAIS) DA PRAÇA ESPORTIVA RESIDENCIAL MORADA DO SOL COM ÁREA DE INTERFERÊNCIA DE 5.404,48 M² E ÁREA CONSTRUÍDA DE 881,85 M². PROJETO DE INTERVENÇÃO EM PRAÇA EXISTENTE PARA IMPLANTAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA COBERTA, CENTRO DE CONVIVÊNCIA, ESTACIONAMENTO E CALÇADA ACESSÍVEL.
- PRAÇA ESPORTIVA BUENA VISTA III - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE ÁREA DE PRAÇA DO RESIDENCIAL BUENA VISTA III (ÁREA DE INTERFERÊNCIA= 2.715,00M²), COM IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PADRÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA/ VESTIÁRIO (A=94,35M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 01 (A=787,50M²).
- PRAÇA ESPORTIVA RESIDENCIAL ITAIPU - ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DE UMA PRAÇA ESPORTIVA, NO RESIDENCIAL ITAIPU COM ÁREA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO DE A= 14.710,00M², ALÉM DA INSERÇÃO DE DOIS PRÉDIOS PADRÕES: CENTRO DE CONVIVÊNCIAS (A= 135,10M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 01 (A=787,50M²) - AMBAS JÁ ANOTADAS ANTERIORMENTE JUNTO AO CREA-GO. ESTA RRT SUBSTITUI A ART REGISTRADA NO CREA-GO DE N.º 00039159 2011 078920 10
- PRAÇA ESPORTIVA SANTA FÉ - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DA PRAÇA E CALÇADA DO RESIDENCIAL SANTA FÉ, COM IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PADRÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA/VESTIÁRIO (A=94,35M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 1 (A=787,50M²). A ÁREA DE INTERFERÊNCIA DA PRAÇA É DE 4.316,97M².
- PRAÇA ESPORTIVA RESIDENCIAL TEMPO NOVO – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UMA PRAÇA NO RESIDENCIAL TEMPO NOVO (A = 11.696,47 M²), COM IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS PADRÃO DE CENTRO DE CONVIVENCIA (A = 135,10 M²) E QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA PADRÃO 01 (A = 787,50 M²).



4.2 A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1 Proprietário, sócio administrador, dirigente ou assemelhado da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.2.2 Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;

4.2.3 Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA ou CAU;

4.2.4 Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

4.3 O profissional constante da certidão acima, detentor do acervo técnico será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

4.4 Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão de registro no CREA ou CAU devidamente atualizada.

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 Terá vigência por 120 (Cento e Vinte Dias) dias corridos, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no diário oficial do Município de Goiânia. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA OBRA

6.1 As obras deverão ser iniciadas em até 10 dias após o recebimento pelo contratado da ordem de serviço.

7. LOCAL DA OBRA

7.1 Local: ruas Tn-07, tn-08, Tn-09 e Jr-07, Apm 01 - Residencial Tempo Novo, Goiânia - Goiás.

7.2 Local: Apm 18, rua João Luís de Oliveira c/ rua dos Buritis, c/ rua das Rosas, c/ Apm 16 e 17, Residencial Santa Fé, Goiânia - Goiás.

7.3 Local: avenida Mangalô com ruas Rosicler, Aurora e Praça Arantes, Apm 03 e 04 - Setor Morada do Sol, Goiânia - Goiás

7.4 Local: Apm 16, entre as ruas Paulo Rodrigues c / av. Porto Salinas c/ rua Juca Rodrigues, Residencial Buena Vista III, Goiânia - Goiás.

7.5 Local: Apm 04, entre a rua das Dracenas, c/ rua das Magnólias, c/ rua Lírios-da-paz, c/ rua Gotas de Sol, Jardim do Cerrado IV, Goiânia - Goiás.

7.6 Local: Avenida Aristóteles, com ruas Jarina, Carvalho e Manguba - Jardim Mariliza, Goiânia - Goiás

7.7 Local: ruas Ri-09, Ri-24, Ri-06 e Ri-30, Apm 07 - Residencial Itaipu, Goiânia - Goiás



8. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 8.1 O prazo de execução será de 90 (Noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro.
8.2

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar até 30% das partes da obra, conforme entendimento exposto no Art. 72 da Lei 8.666/1993:

“Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.”

10. ADMISSÃO OU VEDAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

- 10.1 Não será permitida a participação de empresas em consórcio na licitação.
10.2

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1A Modalidade adotada ao regime de execução será a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

12. GARANTIA DO OBJETO

12.1 É de responsabilidade da CONTRATADA a garantia de 05 (cinco) anos por todos os serviços por ela executados, conforme código civil.

12.2 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, em até 05 (cinco) dias úteis após comunicado pela contratante, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

15.1 CONTRATADA:

15.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Executivo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

15.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.1.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

15.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.1.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;



- 15.1.7.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentraram no órgão para a execução do serviço;
- 15.1.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 15.1.9.** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão se assim fizer necessário, visando garantir a segurança dos bens e das pessoas envolvidas no projeto;
- 15.1.10.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 15.1.11.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 15.1.12.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 15.1.13.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 15.1.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.1.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.1.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.1.17.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 15.1.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 15.1.19.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 15.1.20.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 15.1.21.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 15.1.22.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 15.1.23.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.1.24.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros sanitárias, elétricas e de comunicação.
- 15.1.25.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 15.1.26.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis números. 6.496/77 e 12.378/2010).



15.1.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

15.1.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:

- a – O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- b - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.1.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

15.1.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.1.31. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

15.1.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

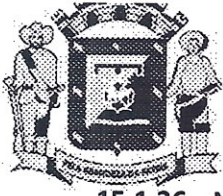
15.1.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

15.1.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c. Florestas plantadas; e
- d. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

15.1.35. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

- a. Gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.



15.1.36. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- b. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15.1.37. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

15.1.38. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- b. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

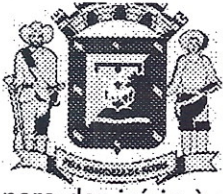
15.1.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

15.1.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

15.1.42. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

15.1.43. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

15.1.44. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata,



para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

15.1.45. Orientar e Capacitar os trabalhadores da obra quanto ao uso correto e necessário dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e dos EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva) no decorrer de toda a obra, fornecer os equipamentos necessários e em quantidade suficiente, além de fiscalizar o uso contínuo destes equipamentos para evitar acidentes que possam provocar dolo, ou mitigar os efeitos causados por um possível acidente.

15.2 CONTRATANTE:

15.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro e mediante o Boletim de Medição emitido mensalmente, que demonstra a evolução físico-financeira da obra, atestada pelo fiscal e gestor do contrato, baseado na Lei nº 8.666/93 de Licitação;

15.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoantes previsão na legislação;

15.2.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

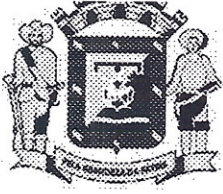
15.2.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.2.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.2.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

15.2.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, bem com os Termos de Quitação anteriores das referidas contas;
- c. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- e. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- f. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

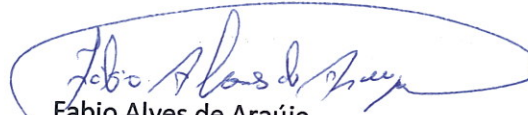



14. PLANILHAS

- 14.1 PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS**
- 14.2** Todos os anexos então em mídia digital.

- 14.3 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.**
- 14.4** Todos os anexos então em mídia digital.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, aos 05 dias do mês de outubro de 2020.


Fabio Alves de Araújo
Gerente de Planejamento


Abdalo Cardoso Junior
Diretor Administrativo e Financeiro


Urias Garcia de Oliveira Junior
Presidente